

Auditoria Cívica e Projeto Interventivo como exercício de Controle Social nas escolas do Distrito Federal

Carolina Galdino Soares¹
Bruno Henrique Braga²
Liliane Barbosa Pereira³

Resumo

O foco na educação como princípio básico de transformação de uma sociedade é o principal escopo deste artigo, que traz um relato sobre a experiência de projetos desenvolvidos nessa área pela Controladoria-Geral do Distrito Federal. Uma sociedade instruída é fortalecida. O conhecimento muda o potencial de atuação de uma nação, porque esta sabe defender seus direitos e está ciente de suas obrigações. O objetivo principal era levar conhecimento aos estudantes acerca de temáticas importantes para a cidadania, tais como: transparência, educação fiscal, educação financeira e controle social. De forma lúdica e dentro do contexto escolar dos alunos, conteúdos complexos foram transmitidos para que facilitassem a assimilação dos envolvidos, munindo-os com informações suficientes para a realização de uma auditoria pedagógica e um projeto de intervenção. Essas ações propiciaram uma transformação na mente dos participantes do projeto. Eles puderam ver na prática o que era ser um cidadão atuante, capaz de mudar realidades com suas atitudes.

-
- 1 Diretora de Projetos e Apoio à Inovação da Subcontroladoria de Transparência e Controle Social da Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF). Vive em Brasília, sua cidade natal e sempre se destacou por ser uma pessoa criativa e inovadora. É formada em Letras – Português e Inglês. Seu gosto por aprender, também a levou a ensinar, profissão que exerceu por sete anos até se juntar aos membros da CGDF. A paixão pela leitura e escrita a acompanham desde tenra idade, o que faz com agrado desde então.
 - 2 Advogado, pós graduado em direito público e gestão governamental ambos pelo Uniceub, servidor público, Analista de políticas públicas e gestão governamental desde 2007 com atuação na área de transparência e controle social desde 2012.
 - 3 Formada em Arquivologia pela Universidade de Brasília(UnB), pós-graduada em Gestão Pública pela União Educacional de Brasília(UNEB). Servidora Pública Distrital desde 2007, atuação na área Transparência Pública entre 2015 e 2019 e na de Controle Social desde 2020.

Palavras chave: Cidadania; Educação; Projeto; Controle social

O Controle Social e a Educação

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, registro do maior período de vida democrática no Brasil desde 1946 e marco do exercício da democracia, a participação social passa a ser ampliada, passando de apenas representativa para participativa no que tange à formulação das políticas públicas, um grande ganho para a sociedade moderna.

Com isso, foram instituídos diversos mecanismos e formas de participação social, tais como: conselhos, conferências, ouvidorias, processos de participação no ciclo de planejamento e orçamento público, audiências e consultas públicas, mesas de diálogo e negociação, ambientes virtuais de participação social, entre outros, permitindo, assim, um maior grau de aderência social ao ciclo de gestão de políticas públicas e aumento da transparência administrativa e da eficácia da gestão pública.

O controle social pressupõe a efetiva participação da sociedade, não só na fiscalização da aplicação dos recursos públicos como também na formulação e no acompanhamento da implementação de políticas públicas. Um controle social ativo e pulsante permite uma maior participação cidadã, o que contribui para a consolidação da democracia em nosso país (CGU).

O poder constituinte quis que o administrado fosse cidadão. Cidadão que controla e que participa da Administração Pública na construção de uma nova sociedade. Ao promulgar a Constituição Federal de 1988, contemplou a participação pelos chamados institutos de democracia direta ou semidireta, onde se incluem o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular de lei, as tribunas populares; os conselhos e outros canais de participação popular. (ORICOLLI, 2006, 173)

Ser cidadão, então, implica estar em gozo dos direitos políticos e civis de um Estado. Mas não só isso. Além dos direitos, ser cidadão implica o desempenho de deveres para com o Estado.

A expressão da cidadania, resgatada pela Constituição brasileira, vai além de direitos, atingindo o sentido amplo de que a todo direito corresponde um dever, traduzindo-se no dever de participação na vida do País, em especial na utilização das ferramentas dispostas pela própria Constituição para exercer o controle do Estado. Em havendo dever, há sanções e estas, pelo não exercício da cidadania, traduzem-se na aceitação de um país conturbado e injusto como atualmente o Brasil se apresenta. (ORICOLLI, 2006, 174)

O Controle Social veio para auxiliar na prevenção e no combate à corrupção. Enquanto os jornais noticiam os grandes esquemas de desvios, as chamadas grandes corrupções, a maior parte das pessoas esquecem que existem pequenas ações tidas como cotidianas que também fazem parte do quadro de corrupção. Os pequenos favorecimentos, sejam devido ao parentesco ou afinidade, ou ainda situações tidas como habituais, tais como furar fila, estacionar em vaga de pessoas com deficiência ou idosos, são tratados como situações inertes à corrupção, o que não é verdade, podemos chamar de pequenas corrupções que, apesar de menores, não deixam de entrar no rol de situações de corrupção. Algumas dessas situações são consideradas até mesmo culturais e enraizadas no dia a dia, o famoso “jeitinho brasileiro”, mas devem ser observadas e igualmente combatidas.

A Educação é o caminho para a formação de um cidadão consciente de seus direitos e deveres para com o Estado e perante a sociedade. Como saber a maneira de cobrar seus direitos sem conhecimento? Como participar ativamente do acompanhamento e formulação das políticas públicas? Embora a Constituição tenha aberto espaço para a participação social e criado ferramentas para exercer esse controle, até mesmo para reclamar é necessário informação e conhecimento. A necessidade de formar um cidadão crítico começa a partir do momento em que a criança/adolescente é inserida na sociedade e se reconhece como pessoa, como cidadã de um grande país, como agente transformador. Paulo Freire já via na educação o caminho para a formação do cidadão crítico, consciente, capaz de participar ativamente da vida política do país, uma vez que a democracia e a educação democrática são fundadas na crença do homem. “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” (FREIRE, 1996, 25).

Controladoria na Escola

A Controladoria-Geral do DF foi ao encontro da Política Nacional de Participação Social (PNPS), pois tem como missão orientar e controlar a correta aplicação dos recursos públicos, por meio de uma gestão transparente e com a participação efetiva da sociedade, como forma de prevenir e combater a corrupção.

Em 2016, pensando em Acesso à Informação, a Controladoria-Geral do DF teve a ideia de criar um projeto chamado de “Controladoria na Escola”, com o intuito de levar até os estudantes conceitos e ações práticas para torná-los protagonistas no controle das políticas públicas e a sua efetiva participação como “controlador cidadão”.

O “Controladoria na Escola” foi uma das ações da Subcontroladoria de Transparência e Controle Social (SUTCS) da Controladoria-Geral do Distrito Federal

(CGDF) para o ano de 2016, que teve a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica, do meio urbano e rural do Distrito Federal, por meio de ações de prevenção, controle e combate à corrupção.

A proposta foi realizar ações que provocassem nos alunos a vontade de pensar e agir de forma coletiva, de modo que quisessem ser agentes transformadores e construtores das Políticas Públicas. Promovendo e instigando a curiosidade dos alunos no que se refere aos temas Prevenção, Controle e Combate à Corrupção, articulando todos os setores da Controladoria-Geral do DF (área de Transparência, que envolve a Lei de Acesso à Informação, Portal da Transparência e Gestão da Informação, Corregedoria-Geral, Tomada de Contas Especial, Ouvidoria-Geral, Jurídico, Controle Interno, Comunicação, dentre outros), setores da Secretaria de Estado de Educação do DF e Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP), por meio da Subsecretaria de Segurança Cidadã (SUSEC) e Secretaria de Cultura do DF. Com isso, esperava-se contribuir para uma mudança cultural, a curto e a longo prazo no que se referia ao entendimento, em um primeiro momento, da definição de corrupção, para, em um segundo momento, partir para as definições do que eram atos de corrupção, quem eram os corruptos e os corruptores e como evitar, fortalecendo a transparência como ferramenta de controle e combate à corrupção.

Com o projeto “Controladoria na Escola”, objetivou-se atuar junto ao ensino fundamental e médio para que os alunos fossem capazes de compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, acompanhando e fiscalizando o uso do dinheiro público, agindo como agente transformador, posicionando-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Diante do exposto, a CGDF apresentou, naquele momento, um projeto para atuar nessa área em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal para ampliar a formação de cidadãos para o Controle Social, capacitando “controladores cidadãos” para acompanhar, fiscalizar e ajudar na formulação de políticas públicas de forma crítica.

Metodologia do projeto

Em um primeiro momento, em 2016, o projeto “Controladoria na Escola” surgiu com um viés mais técnico, focado em abordar os temas Transparência e Controle Social, Educação Financeira, Educação Fiscal, Constituição Brasileira, Ouvidoria, Corrupção, Auditoria Cívica, Voluntariado e Protagonismo Estudantil.

O desafio sempre foi trazer esse tema de forma lúdica para que fizesse parte do cotidiano dos alunos e para que eles assimilassem efetivamente esses conceitos. Dessa forma, surgiu a ideia de fazer uma parceria com as Secretarias de Estado Cultura, de Educação e de Fazenda para que grupos de teatro locais construíssem uma peça teatral relacionada aos temas citados, produzindo além de conhecimento e educação, também o fortalecimento de uma “nova” cultura sem corrupção e baseada na Transparência e Controle Social. A peça “O Auto da Barca da Cidadania”, uma releitura da obra “O Auto da Compadecida”, trazia a utilização de diferentes linguagens – verbal, musical e corporal – como meio para produzir e expressar as ideias de prevenção à corrupção e ensinar o indivíduo a pensar de forma descontraída e divertida sobre o tema. Os alunos e professores participantes do projeto foram levados ao teatro da Escola Parque para assistirem ao espetáculo. A apresentação foi um sucesso e atingiu os objetivos. Para fixar ainda mais os conceitos aprendidos, após a apresentação, houve uma roda de conversa sobre os temas abordados para contextualizar e sanar as dúvidas de alunos e professores. A ideia era aproximar os alunos por meio de uma conversa mais aberta sobre os assuntos e apresentar casos e exemplos práticos de atuação nessas áreas. E com isso, abrir espaço para que fossem capazes de construir seu próprio entendimento sobre os temas.

Aproveitado o espaço, também houve a capacitação dos envolvidos para a realização da auditoria cívica dentro da sua escola, “formando-os” auditores cívicos para, através da fiscalização, compreender o funcionamento das escolas e outros entes do Estado e, ainda, fiscalizá-los. Após a capacitação os alunos foram os responsáveis por realizar a auditoria em sua escola com base em formulários pré-definidos que ajudaram os auditores a acompanhar toda a estrutura funcional e a propor melhorias ao poder público. Os professores acompanharam e monitoraram os alunos no preenchimento correto das fichas de auditoria com as informações observadas na escola.

A Auditoria Pedagógica se apresenta como um precioso instrumento de promoção da excelência na educação. Na verdade, uma educação pautada pela máxima qualidade, em função dos contextos e das demandas sociais, é o que os indivíduos e a sociedade em geral (enquanto “clientes” e destinatários do “serviço” educativo) esperam dos sistemas educativos e das escolas. Estas últimas, para serem bem-sucedidas na sua missão, devem otimizar as condições de organização, funcionamento e desempenho, para que possam lograr a satisfação dos seus “clientes”, que as elas recorrem em demanda dos saberes necessários à sua realização pessoal e coletiva. (VARELA, 2007, 14)

Todo o material produzido na auditoria foi compilado em um relatório feito pela Controladoria-Geral e devolvido com dados concretos para cada escola. Os alunos deveriam discutir sobre as demandas da auditoria e apresentar propostas de melhoria que fossem passíveis de execução por eles mesmos em conjunto com professores e a comunidade.

Todo esse conteúdo, então, se transformou em um relatório final e foi entregue ao Governador do Distrito Federal, ao Secretário de Educação e ao Controlador-Geral para conhecimento dos dados. Após 120 (cento e vinte) dias da entrega dos relatórios às autoridades, os alunos fizeram uma nova auditoria para verificar quais apontamentos foram resolvidos e quais propostas foram implementadas e se houve algo que ficou pendente.

Após o êxito alcançado pelo projeto piloto no ano de 2016, o Controlador-Geral lançou um desafio para a coordenação do projeto: alcançar, no ano de 2017, cem escolas públicas do DF. O desafio foi aceito e 104 escolas se inscreveram. O público escolhido foi o mesmo do de 2016, alunos de 8º e 9º anos do ensino fundamental e os dos 3 anos do ensino médio. Participaram de todas as atividades cerca de 4.000 estudantes e 280 professores orientadores e o projeto trouxe resultados animadores.

Uma novidade que surgiu em 2017 foi a ideia de gincana. Isso se deu para estimular a participação de mais escolas e atingir a meta proposta. A CGDF lançou, então, o “I Prêmio Escola de Atitude” (2ª edição do Controladoria na Escola), proposto sob as premissas da “gamificação” entre as escolas participantes. Aquelas que se inscreveram tinham várias atividades a executar e para cada uma delas, recebiam pontuações que entrariam em um ranking geral. No fim, as escolas com as 10 maiores pontuações receberam prêmios em dinheiro.

A auditoria cívica foi a primeira atividade realizada pelos alunos. Para viabilizar a atividade com a ampliação da escala foi adotado o aplicativo “Monitorando a Cidade”, desenvolvido pelo *Instituto de Tecnologia de Massachusetts - MIT*. O aplicativo foi instalado nos smartphones e serviu como instrumento de registro das observações feitas pelos alunos sobre a realidade do ambiente escolar da auditoria cívica. Todos os registros geraram uma base de dados para a CGDF que, depois de analisá-los, gerou um relatório que foi entregue para cada escola com seus dados. Esses relatórios foram apresentados para a comunidade escolar e seus pontos discutidos. O exercício que se seguiu foi o de identificar as causas dos problemas encontrados e buscar soluções. Isso por si só, gerou o início de transformações no comportamento dos estudantes. Uma das orientações dadas era a de que todos deveriam fazer parte das soluções propostas, o grupo deveria enfrentar por eles

mesmos os problemas. O resultado desse processo foi o de despertar em todos a consciência de que o espaço da escola é deles, criou um senso de pertencimento, e isso fez toda a diferença.

A etapa seguinte foi o Teatro, uma experiência cultural para os estudantes. A apresentação da peça “O auto da barca da cidadania” aconteceu no *Centro de Convenções Ulysses* no dia 31 de outubro de 2017. A peça foi a mesma de 2016, com poucas adaptações. No espetáculo, foram apresentados os conceitos de voluntariado, cidadania, educação fiscal, combate a corrupção, entre outros. Assistiram à peça cerca de 4.000 alunos, de 98 escolas. A trupe também se apresentou nas duas Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo do DF que participaram do projeto. Foi uma experiência marcante para todos.

Outra novidade de 2017 foi a inserção da Tarefa Especial no escopo do projeto. O objetivo da Tarefa Especial é inserir um tema para a pauta de discussão dentro das escolas. As ações que a tarefa pede devem ser executadas pelos alunos. Em 2017 foi lançada uma só, e o tema escolhido foi a *Lei de Acesso à Informação - LAI*. A tarefa consistia na criação de um vídeo de no máximo 3 minutos que abordasse o tema. Foram avaliados conteúdo e criatividade. As produções mostraram que o objetivo foi alcançado.

Inspirada nos resultados alcançados em 2016, a coordenação do Projeto propôs o Desafio. Essa atividade tinha por objetivo fazer a escola escolher alguma situação revelada na auditoria cívica que requeresse uma ação mais organizada. Escolhido o problema a ser enfrentado, a escola apresentou seu planejamento e estratégia e começou a trabalhar. Baixo custo e alto impacto era o que se desejava para essa ação. O envolvimento dos estudantes e professores nessa atividade reforçou o espírito comunitário/cívico e mostrou a todos que quando um grupo decide enfrentar um problema de maneira organizada, a solução fica mais próxima. Com essa experiência foi reforçada a importância da participação social, do voluntariado, do controle social, do trabalho em equipe, e da construção de valores contrários à corrupção. É isso que faz uma escola ser melhor, que transforma a realidade.

Foram muitas as iniciativas que impressionaram. A escola que ficou em primeiro lugar desenvolveu uma estratégia para conscientizar os alunos sobre a importância da integridade, de enxergar o espaço da escola como de todos e de cada um, gerando comprometimento com sua conservação e melhoria. Também criou um aplicativo de celular, que chamaram de MME - *Monitorando Minha Escola*, que começou a ser utilizado como instrumento de incentivo ao bom comportamento e participação no ambiente escolar.

Na maioria das escolas foram feitos mutirões envolvendo professores, alunos, pais e outros voluntários para limpeza, pinturas, reformas nos banheiros, bibliotecas e salas de informática.

O evento de premiação que aconteceu dia 08 de dezembro, véspera do Dia Internacional de Combate à Corrupção, no *Museu da República*, com a presença de mais de 700 pessoas, trouxe maior visibilidade ao projeto. Foram premiadas as 10 primeiras colocadas. A campeã recebeu R\$ 50 mil depositados na conta da *Caixa Escolar* para ser investido em melhorias nas escolas.

Em 2018, o projeto seguiu os mesmos moldes do projeto de 2017, pois percebeu-se resultados significativos entre a comunidade escolar. E não houve mudanças significativas em seu escopo.

Em 2019, houve uma reestruturação do governo do Distrito Federal devido à mudança na gestão da administração pública. Com isso, o projeto também sofreu alterações. A primeira e mais visível delas foi a mudança do nome: passou de “Controladoria na Escola” para “De Olho na Educação”. E o projeto trouxe como “a grande ideia nova” a capacitação dos alunos e professores por meio de um *Workshop* presencial, por isso, houve a necessidade de se diminuir o número de escolas participantes do projeto e lançá-lo como um piloto para testar sua efetividade. Outra modificação de 2019, foi a implantação do “Projeto Interventivo”. Ele já acontecia nas edições anteriores, mas sem um nome definido. Em 2019, tornou-se uma etapa específica, era parte prática do projeto. Ele era executado após a constatação dos problemas levantados na auditoria cívica e vinha como uma proposta de solução levantada e executada pelos alunos e pela comunidade escolar. Ratificava a ideia de que era possível transformar o ambiente escolar e trazia o aluno como protagonista desse processo. Isso contribuía para a modificação da mentalidade não só do aluno, mas de todos os agentes envolvidos na escola.

Uma nova tarefa implantada em 2019 também, em parceria com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, foi a capacitação dos professores sobre a criação de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para, posteriormente, levar esse conhecimento aos alunos na escola. Já para os estudantes, a Câmara Legislativa, ofereceu uma visita guiada às dependências do órgão, com direito à lanche, chamada “Conhecendo o Parlamento”. Alunos e professores com conhecimento acerca do Poder Legislativo do DF estavam aptos a realizar uma nova tarefa do “De Olho na Educação”, era a elaboração de um projeto de lei de iniciativa popular nos moldes do que foi lecionado na visita.

Em 2020, no auge da preparação para o lançamento do projeto, fomos pegos de surpresa, assim como todos, pela pandemia do COVID-19. A educação

foi uma das áreas que sofreu maior impacto pela pandemia, e com ela, o projeto “De Olho na Educação”. As aulas foram suspensas no Distrito Federal na maior parte do ano, e por razões evidentes o projeto não foi executado. Porém, a equipe do Controle Social da CGDF, encarou o desafio como uma forma de transformar o projeto para uma versão online e assim maximizar o alcance de escolas e diminuir o risco de imprevistos para a execução. Foram diversas transformações nesse período.

Já em 2021, a equipe da CGDF recebeu a proposta de incorporação do “De Olho na Educação” para o “Educação Fiscal Encena” do Grupo de Educação Fiscal do Distrito Federal (GEFDF). Por se tratarem de projetos com temática semelhante e a Controladoria-Geral ser integrante do GEF, optou-se pela incorporação ao Encena. A execução principal, então, passou da CGDF para o GEFDF. O DONE passou a ser uma etapa do Encena destinada aos estudantes do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e os 3 anos do Ensino Médio. As principais atividades do projeto foram preservadas. A auditoria cívica e o Projeto Interventivo permaneceram como eram, e também, assim, os seus impactos. Essa incorporação tem como ponto forte a formação dos professores nas áreas temáticas do projeto - Educação Cidadã, Fiscal, Orçamento, Controle Social, Transparência, Auditoria Cívica e muitos outros. Os professores contaram com uma plataforma *online* promovida pela *Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação* do Distrito Federal (EAPE) e ministrada pelos membros do GEF, além de contar com profissionais da *Controladoria-Geral, Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado da Economia e da Receita Federal do Brasil*. A formação aconteceu de forma completa e participativa pelos professores de forma predominantemente remota. O intuito foi prepará-los para serem os agentes multiplicadores dos conhecimentos aos alunos em sala de aula. Outra grande novidade e ganho na incorporação foi o desenvolvimento de um aplicativo “gamificado” sobre os temas da Educação Fiscal e Controle Social para os alunos. O intuito foi passar o conteúdo de uma forma interativa, lúdica e com linguagem simples para maior aprendizado dos alunos. A formação dos professores, aliada ao aplicativo e às práticas da auditoria cívica e do projeto interventivo, visava trazer de forma completa esses aprendizados ao cotidiano dos alunos. E, ainda mais, fazer com o que o assunto fosse incorporado à Proposta Pedagógica da escola e executada de forma regular por todos os estudantes, professores e comunidade escolar. O objetivo maior foi que se tornasse um hábito na escola e passasse a ser, também, um hábito na vida cotidiana dos alunos e da comunidade.

Resultados alcançados

O *Controladoria na Escola*, que depois se tornou *De Olho na Educação*, e hoje, o *Educação Fiscal Encena*, de um modo geral surgiu como um programa para apoiar a Educação na transmissão de conhecimentos acerca de temas importantes para a sociedade. Foram propostas diversas atividades para se alcançar essa finalidade. Porém, com o passar do tempo e com a experiência obtida por meio da execução do projeto, percebeu-se que a auditoria pedagógica e o projeto interventivo eram as ferramentas que mais promoviam essa transformação de mentalidades de todos os agentes envolvidos na escola. Então elas se tornaram, desde o princípio, a essência do projeto.

A palavra Auditoria é empregue, com frequência, incorretamente, posto que tem sido considerada, tradicionalmente, como uma avaliação cujo único fim é detectar erros e assinalar falhas. Porém, o conceito de auditoria é muito mais do que isso. Na verdade, é, hoje, ponto assente que uma Auditoria é um exame crítico que se realiza com o fim de avaliar a eficiência e a eficácia de um serviço, organismo, organização, etc. (VARELA, 2007,1)

Aplicando esse conceito de auditoria, podemos dizer que o objeto da Auditoria cívico- pedagógica é o controle da eficiência das instituições de ensino e da eficácia do serviço educativo prestado. Com a auditoria foi possível traçar métricas que possibilitaram comparar práticas e resultados a fim de poder multiplicar ações exitosas em uma instituição de ensino a outras com problemas semelhantes. Dessa forma podemos constatar que:

- Nem sempre as verbas destinadas às instituições de ensino destinam-se às suas reais necessidades. E boa parte delas, não são acompanhadas de resultados que satisfaçam plenamente as demandas sociais, pedagógicas e estruturais da escola;
- Desconhecimento e baixa participação pelo público (comunidade escolar) da situação, êxitos e problemas da instituição educativa;
- Necessidade de prevenção e superação de *déficits* ou desvios na utilização de recursos (não apenas do ponto de vista da gestão de materiais, financeiros e humanos, mas também em termos de gestão de tempo);
- Necessidade de uma emulação positiva entre escolas, em busca de padrões de excelência na sua organização e desempenho;
- Percepção de que existem instituições educativas funcionando de forma rotineira e mecânica, sem adequada planificação e, conseqüentemente,

sem a necessária avaliação da relação custos/eficácia, das expectativas sociais *versus* satisfação dos “clientes”;

- Existência de organizações escolares funcionando à margem das políticas, objetivos, normas, metodologias, diretivas e tarefas definidas pelos órgãos e entidades competentes;
- Descontentamento dos usuários e “clientes” pela insuficiente qualidade dos resultados escolares e deficiente preparação de parte significativa dos alunos para a vida ativa e ou para a prossecução de estudos;
- Necessidade de elementos sistematizados de controle social na educação.

Existem diversas questões a se trabalhar para o melhoramento das escolas, sobretudo em relação à participação ativa de todos os agentes participantes das instituições de ensino. Porém as auditorias cívicas e os projetos interventivos possibilitaram trazer dados reais da situação das escolas e possibilidades de solucionar as principais questões enfrentadas. E além disso, foi possível conhecer a necessidade real de cada escola, pois parâmetros gerais não se aplicam à realidade individual de cada instituição.

A lista de desafios do sistema educativo é longa. Tal não deve esmorecer os ânimos dos dirigentes e agentes educativos que deverão, sempre, em relação ao conjunto de fenômenos negativos a superar, saber encontrar as causas profundas e, por essa via, delinear as soluções. Agir sobre as causas e não meramente sobre os fenômenos é condição para uma atuação orientada pela excelência. Porém, muitas vezes, não se consegue encontrar facilmente o problema (a causa) de que depende a resolução de vários outros. Tal fato exige a superação do empirismo e o domínio das técnicas de análise, investigação e direção, condição indispensável para uma atuação esclarecida, científica e eficaz e, por conseguinte, para a construção sustentável da excelência em educação. Daí o papel das auditorias pedagógicas que vão ao encontro das escolas, para propiciar-lhes elementos de análise e tomada de decisões orientadas no sentido da modernização e qualificação da educação e do ensino. (VARELA, 2007, 14)

A auditoria cívica e o projeto interventivo transformam o aluno de um sujeito passivo a um ativo em sua escola. Ela faz com que ele a observe sob uma nova ótica. Os problemas enfrentados pela escola não são mais uma questão para a direção ou professores resolverem, ele, estudante, também é responsável por eles. Auditando, por meio de perguntas direcionadas, o aluno passa a observar o que antes ele nem mesmo via, e quando ele enxerga o problema, torna-se parte não só da solução, mas também da prevenção dele e, ainda mais, agente conscientizador e multiplicador de conhecimentos e práticas compreendidas. É um

círculo virtuoso que tem como objetivo maior, tornar alunos cidadãos conscientes e engajados com a transformação da sociedade em que vivem. Compreender-se auditor da escola o torna um auditor da sociedade.

Assim se compreende que a efetividade do controle social da educação seja um fator do bom desempenho das escolas. Na verdade, lá onde a sociedade participa, consciente e ativamente, na gestão da escola e, desta arte, acompanha e controla sua atuação, a escola consegue, normalmente, um alto grau de desempenho. Isso acontece quando a escola é encarada pela sociedade como “coisa” sua, logo uma organização que é acarinhada, apoiada e controlada pela coletividade. Em tal contexto, a auditoria pedagógica é um elemento crucial de realização cabal da função social de controle da educação ministrada pelas escolas. (VARELA, 2007, 14)

A auditoria cívica é uma etapa inicial da gestão cidadã. Seu objeto é o controle social da implementação e do desenvolvimento das políticas públicas. É dar voz aos verdadeiros impactados pelas ações governamentais. A auditoria cívica e o projeto interventivo são instrumentos completos da verdadeira participação cidadã. São o ponto inicial de uma mudança de mentalidade cultural da sociedade iniciando pelos alunos dentro da escola. O objetivo primordial do projeto é fazer com o controle dos atos da gestão pública seja encarado como normal, e que faça parte do cotidiano dos alunos. Com a constatação de problemas através da fiscalização e do controle, é natural se pensar em soluções para tais questões, e então vamos ao encontro de uma outra vertente do controle social: a participação social. É fazer com o aluno, como cidadão, se conscientize de que além de constatar irregularidades, também pode atuar diretamente na resolução dessas mesmas.

Quando uma escola chega a esse ponto, em que encara o controle como algo normal e até profícuo, as instituições incumbidas da realização da auditoria pedagógica assumem uma natureza qualitativamente diferente, em nada parecida com o modelo de inspeção tradicional e policial que prevaleceu no passado. Através das auditorias pedagógicas, assim concebidas, resgata-se a nobreza da Inspeção Educativa, que deve, ela também, ser um instrumento ao serviço do sucesso das escolas. (VARELA, 2007, 14)

Considerações finais

O controle social é um importante mecanismo de mudança cultural da sociedade. É sempre desafiador levar esse conhecimento ao alcance de todos. Por isso,

a Controladoria-Geral do DF acredita em um trabalho aliado à educação - ela é a base da mudança da mentalidade da sociedade. O projeto *Controladoria na Escola*, e, depois *De Olho na Educação*, trouxe grandes resultados ao Distrito Federal. Trabalhar assuntos importantes como cidadania, educação fiscal, combate à corrupção e controle social dentro das escolas fez com que alunos enxergassem a relevância de ações nesse sentido para a melhoria da sociedade em que vivem. O diferencial do projeto não foi só levar esses assuntos para dentro das escolas, mas trabalhá-los de forma prática, lúdica e dentro do contexto da vida dos estudantes. A ideia de o aluno ser o auditor da sua escola fez com que ele, em um primeiro momento, enxergasse os pontos que poderiam ser melhorados, e em um segundo, como ele mesmo poderia atuar para resolver essas questões, com o projeto interventivo. Levar todo esse contexto para uma realidade de gincana, na qual escolas competiram entre si, fez com que o projeto ganhasse uma proporção ainda maior.

Os resultados imediatos obtidos foram recolhidos por meio de dados da própria auditoria cívica e da transformação dos espaços escolares realizados no projeto interventivo. Porém, ainda hoje, cinco anos após o início do projeto, ainda colhemos os frutos desse trabalho a cada nova edição. Professores que participaram de edições anteriores estiveram engajados com as próximas, relatando o quão transformador foi esse trabalho na mentalidade dos seus alunos à época. Não é possível mensurar o que uma mente transformada pode impactar na sociedade. Porém, uma coisa é certa, não há como apagar a lembrança de ter participado e ter feito a diferença em um lugar em que se vive. Os alunos, que vivenciaram a mudança dos espaços de suas escolas por eles mesmos, os professores, ao ver que, por meio de seu trabalho e seu apoio, os alunos se tornaram ativos e engajados nesse processo, e nós, idealizadores de tudo isso, ao ver que, de fato, tudo aconteceu.

Referências bibliográficas

- ORICOLLI, IRMA SUELI. O controle da Administração Pública pela Cidadania. In: **Revista do Direito Público da UEL**, vol 01 n° 3 Setembro a Dezembro de 2006.
- FREIRE, PAULO. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª. Ed. São Paulo, 1996.
- VARELA, BARTOLOMEU LOPES. **Manual de Auditoria Pedagógica**. 2007.
- CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Controle Social**. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/controle-social>. Acesso em 30 de outubro de 2021.